

EM DEBATE

ANTÓNIO SÉRGIO:
«O HISTORIADOR COMPROMETIDO»

MARIA DE FÁTIMA BONIFÁCIO

Departamento de História da F.C.S.H.-U.N.L.
Assistente de investigação no Instituto de Ciências Sociais

PENÉLOPE. FAZER E DESFAZER HISTÓRIA, N.º 2, FEV. 1989

...«e se for lido este livro com alguma atenção, talvez ele ajude a compreender o passado, — e por aí (*que é o que mais importa*) a forjar espíritos construtores do futuro».

A. Sérgio,
Duas palavras de advertência à edição portuguesa da Breve Interpretação da História de Portugal,
Lisboa, ed. Sá da Costa, 1972.

EM «As duas políticas nacionais», ensaio histórico tanto quanto texto político e até de intenção programática, António Sérgio aprofunda e sistematiza a sua tese central de que o nosso devir histórico se tem fundamentalmente jogado, do século XVI a esta parte, em torno das tensões entre duas orientações políticas de fundo, a do «Transporte» e da «Fixação». Esta última apenas tem assomado à tona da cena nacional em raros momentos de tino intervalados num crónico desgoverno, e jamais logrou sobrepor-se duradouramente às assuadas do «Transporte». Tem-nos este governado desde o desaparecimento de D. Pedro em Alfarrobeira (1449). Morreu um homem, criou-se um símbolo, e viu-se o País abandonado ao expeditismo político dos improvisadores de riqueza fácil, cujo reinado já multissecular nos despenhou da vanguarda do progresso para a cauda da Europa¹.

Portugal, sucessivamente hipnotizado pelo ouro da Mina, as especiarias da Índia, os diamantes do Brasil, os empréstimos do Fontismo, descurou a fixação de riqueza em solo próprio; e enquanto alastrava a miséria nos campos e as fábricas definhavam, precipitavam-se os povos para o litoral, deixando armas e bagagens espalhadas pela desolação do interior. Chegados à costa esfumava-se a miragem: sumia-se-lhes a riqueza por entre os dedos como água que se esvai por entre a areia. Eis, em síntese talvez caricatural, a origem, segundo Sérgio, do nosso atraso já dificilmente reparável.

É certo que António Sérgio apoia a sua tese num considerável labor histórico. Mas a voga que mereceu deve-se menos, atrevo-me a pensar, à qualidade do trabalho que a sustenta do que à ressonância propiciada pelo ambiente intelectual e cultural em que surgiu. Quero referir-me à *Seara Nova* dos anos 20, último reduto de homens ainda apostados numa «Regeneração» filiável na evocação oitocentista do termo. Ou seja, Regeneração que não pode pensar-se a não ser por referência à «Decadência» — enfermidade alojada no corpo da nação a reclamar remédio urgente. O programa das medidas salvíficas decorria então deste diagnóstico de base. Hoje em dia já quase ninguém o defende: são outros os problemas e outros os nomes que lhes damos. Aquela velha problemática foi substituída pela da dependência e do desenvolvimento desigual, e as analogias biológicas apenas possuem, quando muito, mero valor metafórico. Mas Sérgio sobreviveu praticamente incólume à revisão. Vale a pena inquirir porquê.

Muitos dos «factos» pressupostos por António Sérgio encontram-se desmentidos pela investigação histórica recente. A título de exemplo, apenas cito que hoje se avalia muito diversamente o impacto dos Descobrimentos sobre a sociedade portuguesa, em particular sobre as zonas do interior. Por outro lado, a proposta de Sérgio, ao descrever a história portuguesa dos

últimos quatro séculos como um processo de decadência originado no triunfo do «Transporte» sobre a «Fixação», não é excessivamente original. Já no século XVII Duarte Ribeiro Macedo reclamava contra a ruínosa «saca do dinheiro do reino»², depois, aliás, que um Manuel Severim de Faria apontara os «remédios para a falta de gente»³ consumida nas «conquistas». O receituário, no essencial, não incorporou depois disso novidades de maior. Cerca de um século mais tarde, António Nunes Ribeiro Sanches enumerava as «dificuldades que tem um reino velho para emendar-se»⁴, distinguindo entre «trabalho» e «comércio», verberando o parasitismo induzido pela excessiva burocracia. Depois dele, de novo, e para encurtar citações sobejamente conhecidas, José Acúrsio das Neves, um liberal em matéria económica, dedica uma extensa Memória aos «meios de melhorar a indústria portuguesa», objectivo obrigatório para que pudéssemos erguer-nos do marasmo secular⁵.

Em suma, a percepção da «Decadência», aferida em relação a um passado supostamente áureo (centúria de Quinhentos), é muito antiga. Tão antiga quanto os tópicos essenciais do diagnóstico e da terapêutica a aplicar. O próprio Antero, ao hierarquizar os fenómenos principalmente responsáveis pela «decadência da Península»⁶, não me parece que acrescente nada de substancial ao rol das «causas» e dos «remédios» enunciados pelos seus antepassados, a não ser — e é muito, mas sob outro aspecto — a vivência angustiada ou inconformada dessa decadência: «a indústria, finalmente, é o oposto ao Espírito de Conquista, antipático ao trabalho e ao comércio», e este, por seu turno, será oposto à «guerra de conquista».

António Sérgio, afinal, vai decantar uma velha herança e fixar uma espécie de ortodoxia. Mais do que tudo ele reitera, isso sim, e com capacidade persuasiva potenciada pelo seu consabido rigor racionalista, uma dicotomia que, sob formas e nomenclaturas diversas, presidiu a grande parte da nossa reflexão acerca de nós próprios e influencia ainda hoje muita historiografia ocupada em explicar a posição periférica que veio a caber-nos no mundo. Aliás, é ele próprio quem afirma que «...três autores seiscentistas iniciaram a doutrina da política de Fixação, contra a política do Transporte: e o reformismo português, desde aí até agora, será o desenvolvimento dos princípios que desenvolveram nas suas obras»⁷.

Digamos que António Sérgio, não tendo propriamente inovado, sistematizou com clareza não ultrapassada, estribado na pura força da razão e invocando larga cópia de exemplos históricos «irrefutáveis», um legado cultural que nos representa degenerados pelos Descobrimentos e nos aponta a salvação pela via redentora do trabalho produtivo. Mas esta «Decadência» que o século XIX viria a interiorizar como dado elementar da autoconsciência nacional, ressitua-la-á Sérgio na ordem objectiva dos fenómenos inteligíveis e, como tal, domáveis pela vontade humana. Assim expelido, o que já se vivia como fatalidade inescapável recobra a natureza e as propor-

ções num desafio à medida das nossas forças: «Pelo intelecto se resolvem as crises...» A fé na Razão (e só nela) é seguramente um poderoso factor do seu êxito intelectual. Sérgio, eu diria, regenerou a «Regeneração»: dramatizou a «Decadência»; e isso que durante o século XIX, sob o efeito traumático dos sucessivos fracassos liberais, se convertera numa espécie de *Weltanschauung*, redimensionará ele à escala modesta dum problema social, grave embora.

Sérgio reabilitou a esperança: racionalizou-a. Demonstrou-a viável, fundada agora num conjunto positivo de factos históricos e argumentos lógicos, despojada de contaminações afectivas, assente sobre alicerces expurgados de ressonâncias místicas, saudosismos confusos ou quaisquer outras desarticuladas intuições. E servindo-se do mesmo «método» traçou um caminho em que a Regeneração podia ser entrevista. Porquê?

Junto daqueles, e eram muitos, que não se sentiam convencidos ou não se deixavam convencer pelas «fantasias» do integralismo, eventualmente sedutoras mas duvidosas porque falhas de rigor doutrinário e carentes de sólida base factual, a eficácia de António Sérgio era por assim dizer inevitável. Sérgio dava garantias: aliando o apego escrupuloso aos «factos» à hipervalorização do intelecto, restaurou a confiança na capacidade dos homens, *origem* de todas as coisas, inclusive ou sobretudo do seu próprio destino que por isso deixa de apresentar-se como fatalidade inelutável, não passando, como tudo o mais, duma criação da vontade humana, esta sim verdadeiramente soberana. O «idealismo crítico» que Sérgio reinvidica consiste muito precisamente na afirmação de que, para além da mente, nada mais fica a não ser um caos, um qualquer «X» que apenas cobra existência graças à intervenção ordenadora do intelecto. A realidade consiste e reside no nexó que estabelecemos entre as coisas, as quais, por sua vez, são já fruto duma elaboração nacional a partir dos vaguíssimos sinais recebidos dum submundo insondável e, como tal, para todos os efeitos inexistente.

O *elitismo* político e o empenhamento pedagógico de António Sérgio decorrem por inteiro da profissão de fé racionalista. A emancipação e o progresso ficam na dependência prioritária do discernimento. Ora, num país atolado na ignorância (neste «reino cadaveroso»), o impulso salvífico terá necessariamente de provir duma vanguarda intelectual, duma ... «élite que se imponha: quer dizer, um grupo de cidadãos com dotes intelectuais, iniciativa realizadora, eficaz organização; com clareza, frieza e equilíbrio no entendimento; autodomínio e atenção aos factos; ordem nas ideias; — senso crítico».

Perante isto não deverá espantar a escassa preocupação que António Sérgio exhibe pela legitimidade democrática (sobretudo popular!) do Poder. Pelo contrário, o autor dos *Ensaio*s fornece-nos abundantes materiais com que justificar uma qualquer versão remoçada de antigos despotismos esclare-

cidos, inclusive ou sobretudo ao nível dos pressupostos filosóficos da sua doutrina, uma vez que a sobrevalorização da razão enquanto princípio ordenador e *instituidor* da realidade conduz, por meandros facilmente desvendáveis, à defesa mais ou menos explícita de fórmulas autoritárias. Da massa rude e analfabeta dos cidadãos não pode provir o bom governo nem sequer uma competente acção fiscalizadora, a única que em todo o caso lhe deve caber. No estado presente de geral ignorância, talvez que o cidadão comum nem possa ser chamado a participar na reforma das instituições que venham a permitir, *depois*, a gradual implantação do sistema democrático. Se o Parlamento atrapalha tudo, inclusive a sua urgente reforma, deverão ser impostos limites ao seu arbítrio; se o Senado provavelmente não presta, «constitui-se, em vez do Senado, um Conselho Técnico Nacional... E assim sucessivamente». Quer dizer, onde a eleição seleccionar incompetências, proceda-se à *nomeação*. Eis como se insinua a primazia do executivo. A democracia é, a longo prazo, o objectivo insubstituível e inegociável. Mas, no entretanto, «Não pretendemos dizer com isto que não admitíssemos provisoriamente uma governação excepcional, como meio de tornar possível a necessária reforma parlamentar.» Se a revisão constitucional pode ser legitimamente decretada por via administrativa, é que nem todas as ditaduras são más. Para esta posição se encaminhou a *Seara Nova*, de que António Sérgio era Director e seguramente um dos mais importantes inspiradores, e onde Raúl Proença pôde escrever em 1924: «A todos se ouve...: Só a ditadura nos poderá salvar». Mas... «não se diz tal ditadura, a ditadura de tais homens, a ditadura com tal finalidade, e com tais processos, a ditadura apoiada em tal ou tal força nacional superior às classes, às casernas e aos partidos.»⁸

Parece pois que um dos ingredientes que concorre para explicar a admiração generalizadamente votada a António Sérgio — quem não cita ou invoca hoje o grande Mestre? — está na explícita apologia duma vanguarda, duma elite dirigente, e na implícita aceitação das consequências disso mesmo: a fórmula autoritária e, no limite, ditatorial. E o que permitiu, sobre um feixe de equívocos, a apropriação da herança sergiana pela esquerda, terá sido por um lado o seu radical antiobscurantismo, o seu «progressismo» — desde que não se empreste ao termo mais do que um conteúdo essencialmente desenvolvimentista; terá sido, por outro lado, a conhecida sensibilidade da nossa esquerda em geral, comunista em particular, ao apelo dos cesarismos. Sobre isto, num país desnordeado e onde os talentos não abundam, o indisputável rigor intelectual de António Sérgio valeu-lhe consagração definitiva.

Enterrada a problemática da «Decadência» e da «Regeneração», nem por isso diminuiu a autoridade de António Sérgio no domínio da historiografia actual, e igualmente da que se quer próxima duma inspiração marxista.

A dicotomia «Fixação»/«Transporte» continua a merecer ampla aceitação, nomeadamente no que respeita à história do século passado em que pode, até por projecção dos conflitos políticos da época, ser comodamente traduzida por Protecçãoismo/Livre-cambismo. Trinta anos depois de Sérgio, Albert Silbert reiterava a validade explicativa daquele quadro dicotómico, interpretando o pleito entre cartistas e setembristas na primeira metade do século como mais um episódio da luta entre «Transporte» e «Fixação»: como um conflito entre os interesses industriais e os interesses do grande comércio *import/export*⁹.

O que me proponho abordar seguidamente são as razões da incidência da obra histórica de António Sérgio no campo mais restrito da produção historiográfica actual. No domínio específico agora considerado, ela deve-se não só à sua influência político-intelectual como ainda a uma leitura superficial dessa mesma obra, assimilando-a precipitada e indevidamente a uma visão «materialista» da história de Portugal.

A história é para Sérgio um guia para a acção política¹⁰. Ela configura um campo de observação privilegiado onde podemos colher os ensinamentos necessários à elucidação da análise do presente e ao traçado do futuro. A história foi para Sérgio um recurso necessário, mais do que uma escolha desinteressada. Deve pois ser encarada, no contexto de toda a sua obra, da sua presença cívica e até da sua militância como uma preliminar ou uma faceta da sua intervenção pedagógica e política. Digamos que é uma história comprometida, o que de resto não põe em causa a inconcussa isenção do autor dos *Ensaio*s. Ou seja, tal não impede que se reconheçam nos ensaios históricos de António Sérgio qualidades intrínsecas, e entre elas o esforço de globalização patente na proposta duma interpretação «geral» da história de Portugal, espécie de travejamento que permita estabelecer um relacionamento coerente e pertinente entre os factos e, do mesmo passo, torná-los inteligíveis. Escrever história, na expressiva metáfora do próprio Sérgio, assemelha-se à laboriosa feitura dum colar: «O que faz de um qualquer número de pérolas um colar é o fio invisível e interior que as une — que as liga todas numa certa ordem...» Concretamente: «o próprio da minha obra é o fio de ideias que os seleccionou (aos factos), que os ligou, que os ordenou num determinado sistema». E isto porque qualquer facto apenas é inteligível — e, consequentemente, apenas o é — desde que inscrito na teia de relações que o unem ao todo através do qual cobra significado e existência. O critério da «verdade» residirá então na inteligibilidade das relações, na coerência do conjunto que ilumina as partes, tudo coisas só ajustáveis pela Razão. Por isso escreveu Magalhães Vilhena que o próprio de Sérgio «não é um ideário, mas sim um método. É um racionalismo de método...»¹¹. Reduzido a um simples método, o idealismo crítico de Sérgio já não estorvava a apropriação da sua herança pela esquerda.

A história de Portugal deixa então de ser um mosaico fragmentário de factos ou acontecimentos eventualmente explicáveis por supostas virtudes (ou atavismos) ráficos, ou quaisquer outras causas gerais individualizáveis, para se revelar na sua essencial unidade, adentro da qual o critério de verificação dos factos consiste unicamente na sua lógica articulação com outros, comprovando-se esta, em última análise, pela integral harmonia do todo reconstruído. Nesta perspectiva, os Descobrimentos, diverso dum ruptura ou dum começo, são a lógica consequência da formação da nacionalidade e esta, por sua vez, um produto de determinado contexto europeu, o qual, valorizando a situação dos nossos portos, proporcionou aos indígenas do litoral peninsular um modo de vida independente. Mais tarde, a «Decadência» também não deve ser vista como um fenómeno novo ou separado, antes como o desabrochar de males germinados durante a aura dos Descobrimentos e inscritos nos condicionamentos que presidiam à fundação da nacionalidade. E se, como cumpre, procedermos através da análise retrospectiva, acabaremos relacionando a desolação do presente com a época das origens.

Numa altura em que a historiografia portuguesa mais interpretativa (a dum Cortesão, por exemplo), procurando ultrapassar a mera delimitação documental dos factos, se afadigava na procura de «causas» afinal exteriores à própria História que dessem sentido ao nosso dever colectivo (a raça, a geografia, o clima, etc.), António Sérgio surge a defender que o conhecimento histórico não escapa à leis do conhecimento em geral, ou seja, o que o valida é a «harmonia progressiva das ideias», e não o acordo das ideias com as coisas, uma vez que estas são já um produto ou criação da «autonomia construtiva do intelecto» apenas muito vaga e imprecisamente sugerido pelo tal «X», a tal incógnita exterior. Com isto António Sérgio propunha ao menos — e não era pouco — uma disciplina e um critério de verificações susceptíveis de tanto satisfazer idealistas como materialistas, desde que tivessem em comum a desconfiança nas intuições sentimentais e o apreço pelo valor superior da razão pura, clara e fria.

Sobre a vantagem da globalização (as explicações totais ou totalizantes são sempre tentadoras) e da clareza de método e raciocínio, oferece Sérgio motivos suplementares de sedução. Por curiosa ironia, aquele que pretendeu submeter a história ao exclusivo foro racional, acabou por expô-la ao investimento da paixão. É que a história, com Sérgio, deixa de ser um terreno neutro, ou pretensamente neutro, de debate entre eruditos, para se assumir implicada na elaboração do presente enquanto guia e auxiliar da intervenção cívica e política: ela nos permite ver e comprovar a «verdade» de hoje e inferir os modos de atalhar futuros males. Esta «verdade» consiste sinteticamente numa estrutura social defeituosa, herdada do passado, que segrega a improdutividade, a patológica hipertrofia do terciário, «o comunismo de Estado» e outras espécies de parasitismo, numa palavra, o

atraso e a pobreza do País. Equacionados os problemas historicamente, conhecida a sua origem e a razão da sua persistência, podem então ser atacados pela raiz: «Teremos travada a roda do mal no dia em que virmos esta verdade e houver uma elite que, depois de vê-la, nos saiba dirigir com quem a vê.» A prioridade fica claramente indicada: antes de mais urge formar um escol de dirigentes, homens de entendimento que coloquem as suas luzes ao superior serviço da regeneração pátria dado que, em última análise, «pelo intelecto se resolvem as crises». Uma vanguarda, uma elite esclarecida — eis do que principalmente carecemos.

São os ensinamentos da nossa *história* que sugerem a António Sérgio a importância decisiva dos dirigentes; mas, na realidade, é a sua concepção de *História* — decorrente das suas posições filosóficas mais gerais — que determina a atribuição dum papel fundamental ao indivíduo, a crença na soberania da vontade e das ideias dos homens tomados pela origem e causa (genética) dos acontecimentos e das estruturas. Para Sérgio, os homens são donos do seu destino, Sujeitos da História na plena acepção do termo, quer dizer, livres de moldar o seu devir colectivo através do exercício duma vontade que opera sem quaisquer pré-determinações.

O «idealismo crítico» de António Sérgio, como ele próprio nos alerta, é de «índole gnoseológica, sem nenhuma hipótese de ontologia». (É um racionalismo de método...). *Mas comportando a tese fundamental de que a realidade apenas ascende à existência através do respectivo conhecimento* («a afirmação do ser estriba-se na sua determinação como conhecido»), *não é difícil ver que se extravasa o âmbito restrito da mera proposta epistemológica, para estabelecer, na prática, uma identidade ou equivalência entre o ser e o conhecido*. Segue-se daqui uma dupla ordem de consequências: por um lado, a verdade histórica, a história resulta dum processo de averiguação rigorosamente conforme às regras (autocontidas) do conhecimento; por outro lado a História é ela própria uma criação humana porque tudo é produto do intelecto graças à sua natureza «radicalmente dinâmica», graças à sua «autonomia construtiva». «Sujeito e objecto não são duas coisas que se defrontam», diz Sérgio, «são duas faces correlativas de um só processo de actividade mental...»

Repare-se que toda a interpretação sergiana da história de Portugal conduz a responsabilizar os homens, os grupos ou as classes, *na sua subjectividade*, pela história que obraram. Assim sendo, a necessária mudança de rumo que retire Portugal do caos em que o afundaram a insensatez de uns, a apatia de muitos e a ignorância de quase todos, só poderá provir da afirmação dum competente escol de dirigentes. Eis como se misturam, em Sérgio, a história e a política.

Vejamos um exemplo concreto retirado da história da nossa primeira dinastia (segundo Sérgio).

O renascimento do grande comércio internacional, com os seus dois pólos principais situados na Itália e na Flandres, transforma a costa portuguesa numa escala praticamente obrigatória para os barcos que estabelecem a comunicação regular, via Atlântico, entre o Mediterrâneo e o Noroeste europeu. Expostos ao contacto assíduo com mercadores estrangeiros arribados de passagem ou para ficar, os rudes autóctones do litoral despertaram rapidamente para a actividade marítima e comercial, transformando-se em escassos dois séculos numa burguesia cosmopolita cujos membros, por seu turno, se derramam pelas cidades comerciais da Flandres, da França e da Inglaterra. O litoral afirma a sua vontade de independência e o País destaca-se do corpo peninsular, volta as costas a Castela, abre-se cada vez mais ao oceano.

É certo que o interior não reunia «condições agro-clímicas» particularmente favoráveis à agricultura. Mas os primeiros reis portugueses empenharam-se na colonização interna do País, conscientes de que a valorização do trabalho e solo próprios era o único meio de transformar os ganhos do comércio em riqueza duradoira. Por infelicidade que Sérgio não explica, a fidalguia, a quem sobretudo competiria dirigir a vida rural, não esteve à altura da missão. Atacada por qualquer anemia congénita, amolengou-se à sombra das tenças régias e dos tributos camponeses extorquidos com rara voracidade. A incapacidade da fidalguia para exercer «um verdadeiro papel civilizador» ter-se-á devido a tendência para o domínio da política do «Transporte», a qual viria a afirmar-se hegemónica com o triunfo da «burguesia comercial-marítima na revolução de 1383-1385». De então em diante o mal não cessaria de agravar-se: se desde sempre (vá lá saber-se porquê!) lhe faleceram qualidades de trabalho e «mentalidade ruralista», a fidalguia portuguesa expõe-se a partir daí à definitiva contaminação do espírito «traficante», aborrecendo as fainas agrícolas e a vida do campo, ávida de benesses régias e seduzida pelos ganhos fáceis auferidos no comércio.

Os Descobrimentos, prolongamento natural da nacionalidade, são a consagração espectacular da vitória do «Transporte». «Todos, em Portugal, procuravam viver à custa do comércio da Índia, directa ou reflexamente, por intermédio do monarca.» A nobreza, pela sua incompetência, e a «burguesia comercial-marítima», pelas suas vistas curtas, são os *sujeitos historicamente responsáveis* pela «Decadência» a que a sua política nos havia fatalmente de conduzir.

Estaria este «destino» inscrito na geografia da Pátria? Seria o domínio do «Transporte» a lógica e *necessária* consequência do que costumou chamar-se os factores geográficos da nossa independência? Por outras palavras: teria a posição geográfica dos nossos portos (pré-)determinado a preponderância duma burguesia desprovida de visão a longo prazo e, por inerência, a subordinação da vida nacional aos seus interesses mercantis?

É claro que não. Para Sérgio, a geografia foi tão-só uma «condição» que tornou possível — mas de forma alguma obrigatória — a constituição deste rectângulo peninsular em corpo político independente, o que apenas ocorreu, isso sim, graças à deliberada vontade de autonomia por parte de um grupo de homens que fez da geografia um instrumento eficaz da sua vontade. Os Condicionanismos da História são como que virtualidades que só se tornam actuaentes quando utilizadas pelos homens como meios ao serviço dos seus desígnios.

Deveremos então supor que Sérgio encare a opção do «Transporte» como um imperativo *ditado* (*determinado*) pelos interesses económicos de certa classe ou certos grupos sociais? Será lícito entrever quaisquer ecos de materialismo histórico na sua afirmação de que «era na estrutura económica que estava a origem dos nossos defeitos e pela estrutura económica é que se poderiam remediar»? A resposta é evidentemente negativa, mas passagens deste teor prestaram-se a tantos equívocos que o próprio António Sérgio se viu obrigado a reiterar, em diversas ocasiões, o seu radical divórcio das doutrinas materialistas. Não sei se o equívoco se desvaneceu hoje inteiramente, mas é fora de dúvida que persistiu durante muito tempo e, nessa medida, a assimilação da obra histórica de António Sérgio à historiografia marxista ou suas ramificações afins permitiu à oposição do regime, comunista e não só, capitalizar política e ideologicamente o crédito intelectual e científico do autor dos *Ensaio*s.

Ora, as categorias com que Sérgio opera são, de facto, totalmente alheias ao materialismo histórico. Em síntese talvez grosseira diria que, para Sérgio, o que faz andar a História são os homens, e o que faz andar os homens são, na generalidade dos casos, interesses económicos. Por outro lado os homens procedem adentro de determinados condicionalismos, e destes os económicos, os que decorrem da estrutura económica e social, revelam-se os mais influentes. Por isso mesmo cumprirá atacá-los primeiramente. Mas daqui não decorre qualquer espécie de determinismo segundo o qual os homens seriam meros agentes dum processo (histórico) desprovido de sujeito e finalidade conscientes. Muito simplesmente, quando tratava de inquirir a razão de certo facto ou acontecimento, a hipótese do «condicionamento económico dos nossos feitos» — a hipótese de que tal passo histórico visou satisfazer tal necessidade económica — apresentava-se a Sérgio como a mais verosímil, como a mais lógica, quer dizer: a que melhor e mais completamente explicava ou respondia à pergunta levantada, permitindo aperceber uma relação de causalidade efectiva entre os factos.

As teses de Sérgio, afirmando que os homens — no caso vertente os Portugueses — eram afinal motivados por objectivos tão prosaicos e falhos de grandeza, tinham necessariamente de merecer a condenação da Ditadura. A historiografia oficial e oficiosa estava prioritariamente empenhada na glo-

rificação épica do passado. Contava-nos que D. Henrique fora um sábio e um santo, Vasco da Gama um Hércules que desafiou os elementos da natureza, D. João II um monarca que senhoriou meio mundo com o exclusivo propósito de espalhar a felicidade e a fé. Pintava-nos os Descobrimientos como uma repetição mais pura ainda das Cruzadas e os Portugueses como modelos de virtude oferecidos à contemplação do mundo. Oficialmente, a história de Portugal era um repositório de proezas e heroísmos, e os Portugueses um povo exemplar que apenas as nefastas teorias liberais muito recentemente tinham vindo perverter.

É certo que outros, antes e ao mesmo tempo, tinham aberto brechas por onde esta caricata idealização haveria de ruir. Mas ninguém operou, como Sérgio, uma desmistificação tão radical e sistemática, tão total, e com tal cópia de argumentos racionalmente construídos e interligados de forma a que, dos escombros da demolição, saísse de raiz uma obra nova. À desatinada propaganda oficial contrapôs Sérgio *uma outra* história de Portugal que haveria inevitavelmente de ser invocada contra o regime, cujos cronistas forneciam as efabulações mais convenientes à sua própria legitimação. Os trabalhos históricos de António Sérgio, e tanto mais quanto o autor os entendia como um campo particular do seu empenhamento político, reverteram naturalmente em benefício da consciência ideológica dos movimentos de oposição, mau-grado as irredutíveis diferenças teóricas, e em última análise até políticas, que o separavam de alguns deles e do mais importante de entre eles, o comunista.

Todavia essas diferenças eram de monta. Para Sérgio, as classes sociais, longe de serem vistas como uma projecção no campo social das relações de produção, configuram-se como grupos de indivíduos unidos por interesses e necessidades subjectivamente apercebidas como comuns, livres na escolha das prioridades bem como na elaboração das soluções. *A estrutura socioeconómica constitui pois uma resultante da acção humana, e não o inverso.* A estrutura distorcida que herdámos do passado é um produto do sistemático prosseguimento da política do «Transporte», e esta só pode explicar-se, em última análise, pelo natural pendor ou temperamento das classes que protagonizaram a nossa História. Essa política afirmou-se no vazio deixado pela demissão da fidalguia, e correspondeu aos interesses duma burguesia ferida de imediatismo congénito. Por conseguinte, nada de exterior aos homens determinava nem que ela fosse inevitável, nem que fossem obrigatoriamente os interesses económicos — de entre a vasta gama de outros interesses possíveis — a determinar as opções políticas dos homens. Determinantes são somente as ideias, porque entre as necessidades e a acção histórica interpõe Sérgio a «ideia activa», «ideia verdadeiramente causal», e que é apenas uma, entre outras possíveis, para a resolução dos mesmos problemas ou a satisfação das mesmas necessidades.

Descobrir caso a caso essas ideias causais que permitem estabelecer uma relação pertinente entre os factos (e não constatar entre eles uma mera coincidência), é o próprio objecto do conhecimento histórico. Na impossibilidade, por definição, de nos utilizarmos do testemunho dos protagonistas, restará testar qual é a hipótese mais lógica, a qual, uma vez encontrada, podemos com segurança tomar pela verdadeira. A condição de todo o conhecimento histórico, por consequência, consiste unicamente na aposta num «dever-ser racional», no postulado da racionalidade/inteligibilidade da História, com radical exclusão de qualquer causalidade estrutural, qualquer determinismo, qualquer necessidade pré-existente ou exterior à vontade e ao intelecto humanos.

Tendo a decadência portuguesa sido repetidamente denunciada e diagnosticada; sendo os remédios no essencial conhecidos desde o século XVII, porque não foi ainda «travada a roda do mal»? É a pergunta que naturalmente ocorre e que o próprio Sérgio coloca. Com efeito, é tão evidente que «os males de que nos queixamos são fatalíssima consequência da estrutura da sociedade», é tão óbvio qual o caminho a seguir para corrigir essa estrutura («reformas sociais e pedagógicas concatenadas, entrelaçadas como fios de um único tecido»), que cabe interrogar por que motivo não surge uma elite que deite mãos à obra da urgente regeneração. A resposta não poderá remeter-nos para a própria estrutura social em si mesma, pois isso não só encerraria o raciocínio num círculo vicioso como seria inteiramente contraditório com as premissas do pensamento de Sérgio segundo as quais, como vimos, a história não está sujeita a qualquer pré-determinação estrutural. O motivo da inépcia nacional residirá então numa outra crise de que o País enferma e que inibe, esta sim, se remedeie a crise económica provocada pela distorção da estrutura social: «Pelo intelecto se resolvem as crises: a mais grave, por isso, de todas as crises portuguesas, a que condiciona todas as outras, a que cumpre atacar primeiramente — e quase diríamos a única crise — é a crise da inteligência: a crise da mentalidade nos que deviam ser os nossos guias.»

O programa da regeneração pátria começará pois pela formação dos «guias», dos dirigentes, do «escol» que vendo claro e frio promova a educação do País e arrebate a economia «às forças cegas, ao condicionamento das energias físicas, onde a inteligência não intervém». A cegueira, os desatinos do imprevisto, a paixão, a «embriaguez emotiva» são os únicos verdadeiros inimigos do progresso e os naturais aliados das revoluções. As teorias não subvertem os povos: o fermento das deploráveis e reprováveis convulsões sociais reside na miséria, filha natural do caos e da anarquia, e para a qual o único antídoto eficaz consistirá em «*submeter a vida económica à direcção intelectual*».

O que Sérgio afinal propôs à sua geração e depois dela ainda seduziu as seguintes, foi que se principiasse por restaurar o império da Razão. Entre a ideologia marxista e o pensamento de António Sérgio interpõem-se antagonismos irreduzíveis. Mas, sem excessivo abuso de interpretação, diria que ambos partilham a crença de que o progresso económico obra a felicidade social, bem como a convicção de que a «déraison» é um acidente histórico eliminável pela acção dum escola (... ou dum partido) que *desengane* a humanidade despertando as consciências do delírio e dormência seculares.

Fevereiro 1984

NOTAS

¹ Apenas referenciámos as citações extraídas de outros autores que não António Sérgio.

² Macedo, Duarte Ribeiro de, *Sobre a Introdução das Artes*, in «Antologia dos economistas portugueses, séc. XVII», organização e prefácio de António Sérgio, Lisboa, ed. Sá da Costa, 1974, p. 167.

³ Faria, Manuel Severim de, *Dos remédios para a falta de gente*, op. cit., p. 131.

⁴ Sanches, António Nunes Ribeiro, *Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se*, selecção e apresentação de Vítor de Sá, Porto, Ed. Inova Limitada, p. 79.

⁵ Neves, José Acúrsio das, *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*, Lisboa, 1820.

⁶ Quental, Antero de, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, in «Prosas socio-políticas», publicadas e apresentadas por Joel Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional 1982, p. 269.

⁷ Veja-se a dedicatória à *Antologia dos economistas portugueses*: «A lavoura portuguesa na esperança de que, com largo e alto espírito patriótico tentará realizar, finalmente, o pensamento reformador dos nossos antigos economistas.»

⁸ *Seara Nova*, número de 1 de Março de 1924.

⁹ «Assim o setembrismo aparecerá talvez diferente do que parece ter sido: como um elo da longa cadeia de esforços que, desde que Portugal se tornou uma nação marítima e comerciante, tiveram por objectivo alterar a tendência e levar, em primeiro lugar, a atenção para a valorização do país. A partir do Infante D. Pedro, que se opôs à política africana, até António Sérgio, que pregava a política de 'fixação', esta corrente que atravessa a história portuguesa teve variadíssimos representantes.» Albert Silbert, «Cartismo e setembrismo», in *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1972, pág. 209.

¹⁰ Veja-se António Sérgio, *Ensaio* (III), Lisboa, Sá da Costa, 1972, pág. 179: «...a minha História de Portugal (livro que deveria porém chamar-se, rigorosamente: 'Esboço de uma interpretação da nossa história, feito para auxiliar o estudo dos problemas portugueses actuais') ...».

¹¹ Vilhena, Vasco de Magalhães, *António Sérgio. O Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*, Lisboa, ed. Cosmos, 1975, pág. 10.